

valorpedra
associação

Cluster da Pedra Natural

RELATÓRIO E CONTAS
2011

Borba, Abril de 2012

INDICE

INTRODUÇÃO	3
1. ANÁLISE GERAL	5
2. ACTIVIDADES	6
2.1. Organização E Funcionamento	6
2.2. Acompanhamento, Coordenação E Avaliação Da Parceria	6
2.3. Animação Da Parceria	7
2.4. Actividades Para A Inovação E Competitividade Do Cluster Da Pedra Natural	8
2.5. Ponto De Situação Do Plano De Acção.....	10
2.6. Aspectos Financeiros	10
3. ANÁLISE AO TRIÉNIO 2009/2011	12
3.1. Comentários Gerais	12
3.2. Comentários Aos Aspectos Financeiros	14
4. CONTAS	16
4.1. Balanço.....	16
4.1.1. Balanço Individual em 31/12/2011- Comparativo Orçamentado/Realizado	16
4.1.2. Balanço Individual em 31/12/2011 e 31/12/2010.....	17
4.2. Demonstração Dos Resultados.....	18
4.2.1. Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31.12.2011	18
4.2.2. Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010	19
4.2.3. Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2011.....	20
4.2.4. Demonstração individual das alterações no Capital próprio no período 2011	21
4.2.5. Demonstração individual das alterações no Capital próprio no período 2010	21
4.3. Anexo Às Demonstrações Financeiras Para O Período Findo Em 31 De Dezembro De 2011	22
5. PARECERES	43

INTRODUÇÃO

O Relatório de Actividades e Contas 2011, reflecte o 3º ano de actividade efectiva da Associação e o final do mandato dos actuais Órgãos Sociais.

Não sendo uma Associação Industrial, mas tendo uma actuação específica, como dinamizadora das actividades que dão corpo ao Cluster da Pedra Natural, este Relatório reflecte essa especificidade.

O Plano de Acção do Cluster da Pedra Natural materializa-se na realização dos Projectos Âncora e dos Projectos complementares, pelo que a sua prossecução influencia a actuação da Associação.

O ano anterior ficou marcado pela estabilização do Plano de Acção do Cluster da Pedra Natural, com a continuidade da execução dos Projectos Âncora (aprovados em 2010- Valorização da Pedra Natural e Inovstone- Novas Tecnologias da Pedra Natural) e a aprovação do Projecto Âncora 2 – Sustentabilidade da Industria Extractiva e ainda a mobilização de Empresas e Entidades para a realização de Projectos Complementares nas áreas de Inovação, I&DT e Internacionalização.

O ano fica marcado positivamente por esta estabilização e pela procura de actividades que permitam promover o Cluster da Pedra Natural e consolidar a Estratégia de Eficiência Colectiva.

Nesta perspectiva, destaque para o GLOBAL STONE CONGRESS 2012, tendo a Associação assumido a promoção deste Evento, contando com a colaboração de todas as Entidades e Empresas do Cluster da Pedra Natural.

A par disto, foi ainda possível realizar diversas actividades cruciais para a dinamização da Estratégia de Eficiência Colectiva e outras que potenciarão a sustentabilidade futura da Associação.

Os resultados que a seguir se apresentam em detalhe, não seriam possíveis sem o envolvimento dos Associados e de todos aqueles, públicos e privados, que contribuíram para os mesmos.

Foi um caminho iniciado com vontade e conjugação de vontades, na convicção de estarem em causa objectivos de valorização e competitividade do sector das Pedras Naturais.

O Cluster é hoje uma realidade reconhecida e implantada; para todos o nosso agradecimento.

A Direcção

Five handwritten signatures in blue ink, arranged in two rows. The top row contains two signatures, and the bottom row contains three. The signatures are stylized and difficult to read.

1. ANÁLISE GERAL

No essencial as actividades preconizadas para 2011 foram cumpridas e a organização e funcionamento da Associação estão estabilizados.

O Acompanhamento, coordenação e Avaliação da Parceria, através de uma gestão adequada, utilizando metodologias que potenciam os resultados, está a decorrer positivamente, sendo de destacar o seguinte:

A VALORPEDRA assumiu a elaboração das Candidaturas dos Projectos Âncora e de outros Projectos que possam constituir-se como complementares, como forma de assegurar um envolvimento abrangente nestes Projectos, facilitando todo o processo de gestão.

A Avaliação externa está a decorrer através da contratação de um gabinete especializado e em constante articulação com a Associação.

Em termos de Animação da Parceria foram realizados um conjunto de actividades previstas em Plano e outras consideradas relevantes e de oportunidade.

Foram ainda disseminados conceitos para a Inovação e Competitividade. O ano fica ainda marcado por iniciativas que permitiram assegurar a estabilidade financeira da Associação.

2. ACTIVIDADES

2.1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A organização e funcionamento da Associação estão estabilizados;

2.2. ACOMPANHAMENTO, COORDENAÇÃO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA

O Acompanhamento, coordenação e Avaliação da Parceria, através de uma gestão adequada, utilizando metodologias que potenciam os resultados, está a decorrer positivamente, sendo de destacar o seguinte:

A VALORPEDRA assumiu a elaboração das Candidaturas dos Projectos Âncora e de outros Projectos que possam constituir-se como complementares, como forma de assegurar um envolvimento abrangente nestes Projectos, facilitando todo o processo de gestão.

O ano de 2011 fica marcado por um intenso trabalho ao nível de preparação de Candidaturas, o que levou a que algumas actividades planeadas não se pudessem concretizar. Este facto não influenciou negativamente o Relatório que aqui se apresenta, uma vez que esta opção estratégica da Associação tem demonstrado resultados eficazes em termos de Gestão e acompanhamento das actividades do Cluster.

A Avaliação externa está a decorrer através da contratação de um gabinete especializado e em constante articulação com a Associação, tendo sido preparado este ano um conjunto de instrumentos para serem aplicados em 2012, e que resultam na análise de resultados do Cluster.

Em termos de Animação da Parceria foram realizados um conjunto de actividades previstas em Plano e outras que embora previstas, optou-se por não realizar em favor de outras iniciativas consideradas cruciais.

2.3. ANIMAÇÃO DA PARCERIA

A animação da Estratégia de Eficiência Colectiva do Cluster da Pedra Natural constitui uma actividade-chave do Programa de Acção, tendo para o efeito sido concebido um conjunto de actividades e acções que visam assegurar permanentemente a promoção da cooperação empresarial e com as instituições de interface, bem como a interacção relativa a iniciativas e projectos junto do mercado de implantação (económico e institucional do Cluster), a nível nacional e internacional.

Trata-se de divulgar organizadamente as realizações e resultados, mas principalmente permitir um enriquecimento do "know-how" existente e uma identificação de potenciais oportunidades de desenvolvimento de novos projectos e/ou de mobilização de novos parceiros. Tal perspectiva implica o desenvolvimento de iniciativas de índole diversa, entre as quais se destacam as realizadas em 2011:

- Divulgação da Estratégia de Eficiência Colectiva, o seu programa de acção e os resultados esperados a obter com os vários projectos, através do Site www.valorpedra.pt;
Este é um veículo privilegiado de divulgação geral da VALORPEDRA e CLUSTER DA PEDRA NATURAL.
- Realização de 3 Seminários (Norte, Centro e Sul) de divulgação do Cluster da Pedra Natural, resultados esperados do Plano de Acção e de disseminação de conceitos/resultados/práticas relevantes para os eixos temáticos base da EEC.
Não foram realizados os Seminários previstos, uma vez que os mesmos pretendem ser de apresentação de resultados do Plano de Acção – Projectos Complementares. Perspectiva-se que em 2012, já seja possível a realização destas iniciativas.
- Participação sistemática na Comunicação Social, através da inserção de publicidade e/ou publicação de artigos.
Foram publicados artigos nas seguintes revistas: ROCHAS E EQUIPAMENTOS, PEDRA e PORTUGAL MINERAL.

Não referido em Plano de Actividades, mas constituindo-se uma actividade importante de dinamização, importa destacar as Reuniões de Parceria efectuadas com Parceiros do Cluster e outras Entidades que contribuem para os objectivos da mesma.

A Equipa Técnica e a Direcção têm vindo a privilegiar reuniões presenciais de apresentação do CLUSTER DA PEDRA NATURAL, principalmente com Empresas cuja actividade e estratégia estejam alinhados com objectivos de sustentabilidade, inovação e internacionalização.

2.4. ACTIVIDADES PARA A INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO CLUSTER DA PEDRA NATURAL

A Estratégia de Eficiência Colectiva do Cluster da Pedra Natural tem como fim último a Inovação e Competitividade. Tendo em conta esta premissa, decidiu-se propor uma actividade que permita de uma forma sistemática, a disseminação de conceitos e práticas, que podendo não estar directamente ligadas ao Plano de Acção do Cluster da Pedra Natural, possam, mesmo assim, contribuir para o seu enriquecimento e principalmente para a transferência de conhecimentos e práticas a todos os actores do Cluster. Pretende-se, ainda, realizar actividades que permitam a criação de sinergias, não só dentro do mesmo Cluster, mas também, dentro do Cluster a um nível internacional e com outros Clusters.

Neste âmbito, a Associação VALORPEDRA terminou o trabalho com o apoio da DGEG – Direcção Geral de Energia e Geologia e EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, de disseminação de conhecimento: “Edição de Manuais de Informação Tecnológica” e “Edições OSNET – Ornamental Stones Network”. O Objectivo foi compilar e harmonizar informação técnica e tecnológica que foi sendo produzida pelo CEVALOR de forma a editá-la e disponibilizá-la às Empresas. Este trabalho será editado e disponibilizado às Empresas e outras Entidades em 2012.

A ASSOCIAÇÃO VALORPEDRA assumiu em 2011, a promoção e organização do GLOBAL STONE CONGRESS 2012.

O GLOBAL STONE CONGRESS 2012, é um evento mundial, que teve a sua primeira Edição no Brasil, passando posteriormente por Itália e Espanha.

O objectivo foi a criação de um fórum mundial de discussão e divulgação dos avanços científicos e tecnológicos no domínio da indústria da Pedra Natural.

O Sucesso deste Evento advém do facto de ser a única iniciativa, a nível mundial, que consegue juntar Entidades e Empresas de diversas áreas e diferentes países, em torno de discussões científicas e tecnológicas relacionadas com o Sector da Pedra Natural. Com uma presença média de 200 participantes, este Evento tem contribuído significativamente para a disseminação do que melhor se faz para o progresso do Sector.

Portugal, através da VALORPEDRA com a colaboração do CEVALOR, ANIET, ASSIMAGRA, UNIVERSIDADE ÉVORA, UNIVERSIDADE NOVA e INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, tem agora a oportunidade de assumir a Organização e a Realização da Edição 4 deste Evento, em 2012 (16 a 20 de Julho), que será itinerante entre Borba, Estremoz e Vila Viçosa e terá um dia dedicado a outros Pólos importantes no País ligados ao Sector.

O Evento será apoiado pelo INALENTEJO (tendo sido apresentada Candidatura à CCDR Alentejo e aprovada).

Pretende-se que esta edição fique marcada como um evento que concilia a dimensão científica e tecnológica, com o contexto económico e social potenciando a imagem do Cluster da Pedra Natural Português e apostando fortemente na promoção turística da Região.

O ano de 2011, fica marcado por este compromisso e pelas primeiras actividades relacionadas com a organização deste importante evento. A destacar, a constituição dos Comités, preparação dos primeiros suportes de comunicação e estabelecimento de contactos nacionais e internacionais de mobilização para o Congresso. (Site do Congresso: www.globalstone2012.com)

Estava previsto em Plano de Actividade 2011, a realização de uma “Volta a Portugal – Boas Práticas”, onde se pretendia haver intercâmbio de experiências e visitas entre as Empresas do Cluster. Esta actividade não se realizou, em favor do compromisso estabelecido com a promoção e organização do GLOBAL STONE CONGRESS 2012.

A actividade realização de “Benchmarking e Boas práticas” a um grupo de 15 Empresas foi cancelada, uma vez que a VALORPEDRA tinha sido convidada pelo CEVALOR no âmbito de um Projecto que não encontrou viabilidade de aprovação e realização.

2.5. PONTO DE SITUAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO

PROJECTOS ÂNCORA

PROJECTO	DECISÃO	PONTO DE SITUAÇÃO	PARCEIROS/ CO- PROMOTORES
VALOR PEDRA CLUSTER DA PEDRA NATURAL			
1. Valorização da Pedra Natural Portuguesa: <ul style="list-style-type: none"> Estratégia de Marketing e Comunicação Sectorial; Certificação da Pedra Natural; Denominação de Origem Controlada – DOC; Certificação STONE PT; Criação de novos produtos; Concurso Design Industrial; Campanha de Sensibilização a prescritores; 	Aprovado pelo SIAC – Sistema de Incentivos a Acção Colectivas em Janeiro de 2010.	Actividades a decorrerem como previsto em Candidatura. Foi solicitado prorrogação do prazo para mais 1 ano e serão apresentados os resultados em 2012.	ANIET ASSIMAGRA CEVALOR ISEP LNEG UNIV. ÉVORA
2. Sustentabilidade Ambiental da Industria Extractiva <ul style="list-style-type: none"> Exploração Sustentável de Recursos no Maciço Calcário Estremenho; Cartografias temáticas dos recursos geológicos; 	Aprovado na EEC e enquadrado em SIAC – Sistema de Incentivos a Acção Colectivas	Actividades a decorrer como previsto em Candidatura de Projecto	ANIET ASSIMAGRA ICNB
3. Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural <ul style="list-style-type: none"> Pedreiras e Extracção de Blocos; Gestão e tratamento de chapas; Transformação de chapas; Armazenamento e manuseamento de peças cortadas; Acabamento de peças; Controlo de qualidade e Marcação CE; Manutenção e restauro do Património Histórico em Pedra Natural; Ambiente 	Candidatado ao SI I&DT – Projecto Mobilizadores	Actividades a decorrer, encontrando-se todos os PPS – Produto, Processo ou Sistema em fase de desenvolvimento	CEI INOCAM FRAVIZEL PRODIGINVENTA UNIV. ÉVORA CEVALOR SOLANCIS RAFAEIS MVC G. GALRÃO N. MOCASTONE PEDRANTIQUA PJS

2.6. ASPECTOS FINANCEIROS

Apesar de alguns valores se situarem abaixo do previsto, podemos considerar que na sua globalidade, os objectivos em termos **orçamentais traçados para o ano 2011**, foram atingidos.

A Prestação de Serviços, apesar dos esforços efectuados, não atingiu os valores previstos embora a taxa de cumprimento do objectivo se tenha situado nos 80%. Pelo contrário os Apoios Públicos ultrapassaram o previsto em cerca de 33% em resultado de uma previsão que não contemplava a realização de algumas ações que foram entretanto aprovadas e que acabaram por se iniciar ainda em 2011.

Em consequência do desvio positivo na atividade financiada, os Fornecimentos e Serviços Externos também apresentaram um valor acima do previsto (86%).

Os Gastos com Pessoal, em face de situações não previstas (licença por maternidade) ficaram um pouco abaixo do valor orçamentado (18%).

No que diz respeito à **comparação com o ano de 2010**, a Prestação de Serviços apresenta uma descida de 44%, no entanto não devemos esquecer que o ano de 2010 apresentou nesta rubrica um valor extraordinariamente elevado, muito acima do espectável.

Os Apoios Públicos, por seu lado, quase que duplicaram o valor em relação ao ano anterior o que se explica pelo facto de terem sido desenvolvidos novos projectos financiados, para além do que se encontrava já em curso.

O desenvolvimento destas novas ações, da mesma forma que incrementou o valor dos Apoios, também originou, obrigatoriamente, um crescimento da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

O valor dos Gastos com Pessoal é mais baixo do que no ano de 2010 apesar da manutenção, quer do quadro de pessoal, quer do valor dos vencimentos. Esta descida é justificada pela baixa médica de uma das colaboradoras da Associação.

O atraso no recebimento dos fundos bem como algumas normas legais que não nos permitem efectuar pedidos de pagamento com a regularidade desejada, aliados à necessidade de manter a atividade normal da Associação, obrigou ao aumento dos Financiamentos obtidos.

O aumento da atividade da Associação originou um aumento de 69% nos gastos totais e um aumento de 60% nos rendimentos totais, valores que ainda assim permitiram o apuramento de um Resultado Líquido positivo, embora um pouco inferior ao apresentado em 2010.

Em face da natureza e actividade da Associação o seu equilíbrio financeiro está ligado à articulação directa com os associados em face da actividade destes no Cluster. Esta articulação existe e foi concretizada nos primeiros anos e irá manter-se nos próximos.

Para o Resultado Líquido apresentado, no valor de 1.725,29€, propõe-se a seguinte aplicação:

- a) A totalidade do valor 1.725,29€, seja transferida para a conta de Resultados Transitados.

3. ANÁLISE AO TRIÉNIO 2009/2011

3.1. COMENTÁRIOS GERAIS

O Triénio 2009/2011 corresponde ao 1º Ciclo de reconhecimento do Sector como Cluster da Pedra Natural.

O Programa de Acção, base do reconhecimento do Cluster da Pedra Natural centra-se em três eixos chave: reforço da internacionalização, a sustentabilidade e a competitividade do Sector da Pedra Natural. O grande objectivo é enquadrar a mobilização de todos os envolvidos neste Sector, em torno de uma estratégia e Programa de Acção definidos e assumidos colectivamente por empresas e instituições de suporte para uma Visão comum para o Sector da Pedra Natural, a nível nacional.

O desafio era mobilizar todos os actores para uma estratégia comum, direccionada para a especialização ancorada na inovação e competitividade.

Este foi o principal resultado do 1º ciclo de reconhecimento. A mobilização para uma actuação em rede entre os actores que formam o Cluster da Pedra Natural.

A cooperação entre Empresas, a vontade de inovar e exportar cada vez mais, a cooperação empresarial com o Centro Tecnológico, as Associações e as Universidades e principalmente as mudanças já verificadas em matéria de concertação estratégica entre todos os actores, constituem um sinal positivo e de continuação no trabalho que está a ser efectuado. De continuação, uma vez que este primeiro ciclo é caracterizado de “arranque e desenvolvimento”, de esforço para a mudança de mentalidades e atitudes, sendo a partir de agora emergente a consolidação da actuação do Cluster da Pedra Natural seguindo os eixos de uma estratégia de eficiência colectiva.

Considera-se que a actuação da VALORPEDRA, neste primeiro ciclo, cumpriu com a missão para que foi criada, tendo consciência de que existem áreas que carecem de uma dinâmica diferente, a destacar, actividades de promoção mais activas e actividades de transferência de tecnologia e/ou difusão de conhecimento.

Ainda assim, foi possível fazer um trabalho de promoção muito dirigido junto das Empresas e outras Entidades Nacionais e Internacionais. A concentração na operacionalização do Plano de Acção do Cluster da Pedra Natural foi o mais importante e considerado prioritário neste ciclo.

A partir daqui, é tempo de disseminar os resultados, dar continuidade ao que se conseguiu em termos de competitividade, internacionalização e sustentabilidade e principalmente perspectivar a actuação do Cluster da Pedra Natural, a médio prazo.

Neste primeiro ciclo foi conseguido que Empresas de referência alinhassem a sua estratégia com a do Cluster. Para o Cluster interessa mobilizar as Empresas que tenham propensão para a Inovação, que tenham capacidade de empreender. Importa agora e já com matéria-prima para demonstração, mobilizar outras já identificadas com as mesmas características.

É perceptível, neste primeiro ciclo, uma evolução do investimento em Inovação e I&DT por parte das Empresas. A percepção do risco partilhado e dos efeitos de retorno destes investimentos, num ambiente de rede, contribuiu para esta evolução.

Ao nível de internacionalização, estão criados os instrumentos que vão permitir, a partir de agora, comunicar a Pedra Natural Portuguesa com clareza, com garantias de autenticidade, com um entendimento entre todos os actores sobre as estratégias a adoptar nacional e internacionalmente, com o compromisso de que as Empresas de Pedra Natural têm capacidade produtiva e tecnológica e que a Pedra Natural Portuguesa é de qualidade.

A par, com este processo, o desenvolvimento de novos produtos a partir do Design está a conseguir demonstrar às Empresas que é possível Inovar no produto. Finalmente, a ligação do Cluster da Pedra Natural com os prescritores, conseguida através de uma maior ligação com as Universidades de Arquitectura e de um Protocolo que está a ser firmado com a Ordem dos Arquitectos.

Ao nível de competitividade e porque todos os estudos demonstram que é impossível inovar na Pedra Natural, sem evolução tecnológica, este 1º ciclo de reconhecimento irá marcar a 2ª Evolução em termos tecnológicos, com a I&D de novas soluções para a extracção e transformação de Pedra Natural e protagonizado por Empresas Portuguesas.

3.2. COMENTÁRIOS AOS ASPECTOS FINANCEIROS

A Associação Valor Pedra, nos últimos três anos, e três primeiros anos de atividade, manteve a tendência para a estabilidade económica e financeira, apresentando algumas rubricas com crescimento positivo e outras que no entanto apresentam taxas de crescimento negativas.

A Prestação de Serviços apresentou uma taxa de crescimento positiva no segundo ano tendo no entanto apresentado uma taxa de crescimento negativa no último ano. Este comportamento deveu-se ao facto de no ano inicial não ter havido Prestação de Serviços e de no segundo ano ter havido um volume de Serviços anormalmente elevado que não foi mantido em 2011.

Os Apoios Públicos apresentaram uma taxa de crescimento negativa no segundo ano tendo o seu crescimento sido positivo no ultimo ano do triénio, o que se explica pelo facto do inicio do projecto de Animação, Coordenação e Gestão do Cluster ter acontecido em 2009 tendo 2010 sido ano cruzeiro no desenvolvimento do mesmo. O crescimento verificado em 2011 deveu-se ao início de um novo projecto.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam o mesmo comportamento de crescimento dos Apoios Públicos pois, como é evidente, a realização das ações implica a aquisição de bens e serviços.

Os Custos com Pessoal têm apresentado valores pouco regulares porque no primeiro ano a Associação só contou com a presença de colaboradores a partir de Setembro e no último ano uma das colaboradoras esteve de licença de maternidade durante quatro meses. Não fossem estas duas condicionantes e o valor apresentado seria muito semelhante ao longo do triénio uma vez que, nem o quadro de pessoal nem os vencimentos sofreram alterações.

As Amortizações apresentam um valor estável uma vez que o investimento foi feito no ano de início de actividade e não foram feitas mais aquisições desde essa data.

Em face dos atrasos nos recebimentos dos Apoios Públicos e das regras dos pedidos de pagamento dos mesmos e ainda pela necessidade de manter a actividade normal da Associação, a rubrica de Financiamentos obtidos tem vindo a crescer ao longo do triénio. Esta situação que irá sendo reposta à medida que forem sendo recebidas as verbas em causa bem como a

comparticipação dos valores não financiados por parte dos sócios, à semelhança do que tem vindo a acontecer por parte do Cevalor durante estes três anos.

Os Capitais Próprios têm evoluído de forma crescente, o que se deve ao aumento do Capital Social e dos Resultados Líquidos, que originam um crescimento positivo dos Resultados Transitados; a alteração verificada no capital social deveu-se à entrada de novos sócios.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. CONTAS

4.1. BALANÇO

4.1.1. Balanço Individual em 31/12/2011-Comparativo Orçamentado/Realizado

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (€)	
		Datas	
		ORÇAMENTADO	31.12.2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	18,924.60	5,514.52
		18,924.60	5,514.52
Activo corrente			
Clientes	13		35,275.96
Estado e outros entes públicos		378.00	19,359.13
Outras contas a receber	13	77,985.08	164,512.48
Diferimentos	16	514.25	552.06
Caixa e depósitos bancários	4	1,677.00	70,191.62
		80,554.33	289,891.25
Total do ACTIVO		99,478.93	295,405.77
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	15,000.00	15,500.00
Resultados transitados		(5,463.58)	(6,698.13)
Resultado líquido do período		2,569.98	1,725.29
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		12,106.40	10,527.16
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	6,219.59	107,757.23
Estado e outros entes públicos		4,670.99	9,348.19
Accionistas/Sócios	13		146.75
Financiamentos obtidos	8	25,000.00	83,500.00
Outras contas a pagar	13		12,956.91
Diferimentos	16	51,481.95	71,169.53
		87,372.53	284,878.61
Total do Passivo		87,372.53	284,878.61
Total do Capital Próprio e do Passivo		99,478.93	295,405.77

4.1.2. Balanço Individual em 31/12/2011 e 31/12/2010

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (€)	
		Datas	
		31.12.2011	31.12.2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	5,514.52	9,108.22
		5,514.52	9,108.22
Activo corrente			
Clientes	13	35,275.96	12,100.00
Estado e outros entes públicos		19,359.13	
Outras contas a receber	13	164,512.48	85,436.95
Diferimentos	16	552.06	541.71
Caixa e depósitos bancários	4	70,191.62	18,948.30
		289,891.25	117,026.96
Total do ACTIVO		295,405.77	126,135.18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	15,500.00	15,000.00
Resultados transitados		(6,698.13)	(8,695.01)
Resultado líquido do período		1,725.29	1,996.88
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		10,527.16	8,301.87
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	107,757.23	4,779.50
Estado e outros entes públicos		9,348.19	19,062.50
Accionistas/Sócios	13	146.75	62.75
Financiamentos obtidos	8	83,500.00	37,500.00
Outras contas a pagar	13	12,956.91	16,498.07
Diferimentos	16	71,169.53	39,930.49
		284,878.61	117,833.31
Total do Passivo		284,878.61	117,833.31
Total do Capital Próprio e do Passivo		295,405.77	126,135.18

4.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

4.2.1. Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31.12.2011

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (€)	
			Períodos	
			Orçamentado	Realizado
Vendas e serviços prestados	+	6+9	35.000,00	27.977,20
Subsídios à exploração	+	10	103.980,10	137.770,19
Fornecimentos e serviços externos	-	16	(62.195,90)	(115.885,40)
Gastos com pessoal	-	14	(110.869,55)	(91.342,81)
Outros rendimentos e ganhos	+		50.000,00	58.524,01
Outros gastos e perdas	-			(84,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		15.914,65	16.959,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(11.444,67)	(3.593,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		4.469,98	13.365,48
Juros e gastos similares suportados	-	8	(1.900,00)	(6.135,20)
Resultado antes de impostos	=		2.569,98	7.230,28
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12		(5.504,99)
Resultado liquido do período	=		2.569,98	1.725,29

4.2.2. Demonstração individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (€)	
			Períodos	
			2011	2010
Vendas e serviços prestados	+	6+9	27.977,20	50.000,00
Subsídios à exploração	+	10	137.770,19	70.146,73
Fornecimentos e serviços externos	-	16	(115.885,40)	(19.814,03)
Gastos com pessoal	-	14	(91.342,81)	(102.070,64)
Outros rendimentos e ganhos	+		58.524,01	19.714,39
Outros gastos e perdas	-		(84,01)	(141,65)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		16.959,18	17.834,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(3.593,70)	(3.593,72)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		13.365,48	14.241,08
Juros e gastos similares suportados	-	8	(6.135,20)	(2.706,34)
Resultado antes de impostos	=		7.230,28	11.534,74
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(5.504,99)	(9.537,86)
Resultado líquido do período	=		1.725,29	1.996,88

O TÉCNICO DE CONTAS

Helene Santos

A DIRECÇÃO

João António *[Signature]* *[Signature]*
[Signature] *[Signature]*

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4.2.3. Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2011 e 31.12.2010

RUBRICAS			NOTAS	Unidade monetária: €	
				Períodos 2011	Períodos 2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>					
Recebimentos de clientes		+		4,801.24	37,900.00
Pagamentos a fornecedores		-		(12,907.67)	(93,450.44)
Pagamentos ao pessoal		-		(91,342.81)	(90,741.87)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(99,449.24)	(146,292.31)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(8,877.86)	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		118,503.11	147,432.25
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		10,176.01	1,089.94
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-			(4,800.00)
Recebimentos provenientes de:					
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		0.00	(4,800.00)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		46,000.00	17,500.00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		500.00	1,000.00
Pagamentos respeitantes a:					
Juros e gastos similares		-		(5,432.69)	(2,684.79)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			41,067.31	15,815.21
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			51,243.32	12,105.15
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		18,948.30	6,843.15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	4	70,191.62	18,948.30

4.2.4. Demonstração individual das alterações no Capital próprio no período 2010

Unidade monetária (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	14,000.00		(8,695.01)	5,304.99	5,304.99
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2		(8,695.01)	8,695.01		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			1,996.88	1,996.88	1,996.88
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			1,996.88	1,996.88	1,996.88
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital	5	1,000.00			1,000.00	1,000.00
		1,000.00			1,000.00	1,000.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	6=1+2+3+5	15,000.00	(8,695.01)	1,996.88	8,301.87	8,301.87

4.2.5. Demonstração individual das alterações no Capital próprio no período 2011

Unidade monetária (€)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	15,000.00	(8,695.01)	1,996.88	8,301.87	8,301.87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7		1,996.88	(1,996.88)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			1,725.29	1,725.29	1,725.29
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			1,725.29	1,725.29	1,725.29
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital	10	500.00			500.00	500.00
		500.00			500.00	500.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	11=6+7+8+10	15,500.00	(6,698.13)	1,725.29	10,527.16	10,527.16



4.3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 - Designação da entidade

Associação Valor Pedra

1.2 - Sede

Sede na EN nº 4, km 158, em Borba

1.3 – NIPC

508976790

1.4 - Natureza da actividade

Foi criada em 2009, e tem por fim a implementação de iniciativas relacionadas com o cluster das pedras naturais que visem a inovação, a qualificação e a modernização das empresas do sector. A dinamização e promoção de todas as actividades que venham a ser definidas e aprovadas no âmbito do reconhecimento do cluster bem como a dinamização da transferência de conhecimentos e tecnologias para as empresas.

1.5 - Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009, face ao

previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.



- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro 2010.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período de 2010, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, não apresentam conteúdos que não sejam comparáveis com os do exercício.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Nas notas seguintes, são identificadas as bases de mensuração das rubricas presentes nas demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor e estimativas usadas no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Em suma, as políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 - Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base para aplicação de políticas contabilísticas o que é referido nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afectem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1 - Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de Dezembro de 2011, estão disponíveis para uso.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

(Valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2011			31.12.2010		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário						
	...						
	Subtotais						
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	70,191.62		70,191.62	18,948.30		18,948.30
	Outros depósitos bancários						
	...						
	Subtotais	70,191.62		70,191.62	18,948.30		18,948.30
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		70,191.62		70,191.62	18,948.30		18,948.30

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1 - Aplicação inicial da disposição de uma NCRF com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

5.2 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

5.3 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não aplicável.

5.4 - Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

6 – PARTES RELACIONADAS

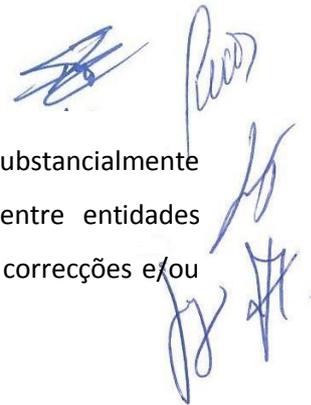
As transacções e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, são apresentados no quadro que segue:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2011			Período 2010		
		Donativo recebido	Prestação de Serviços	Aquisição de serviços	Donativo recebido	Prestação de Serviços	Aquisição de serviços
Empresa-mãe	...						
	Subtotais						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...						
	Subtotais						
Subsidiárias	...						
	Subtotais						
Associadas	...						
	Subtotais						
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...						
	Subtotais						
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...						
	Subtotais						
Outras partes relacionadas	Cevalor	35,000.00	26,050.00	86,737.50	19,000.00		
	Outros	22,000.00					
	Subtotais	57,000.00	26,050.00	86,737.50	19,000.00		
Totais		57,000.00	26,050.00	86,737.50	19,000.00		

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas		Período 2011					Período 2010			
		Saldos pendentes em 31.12.2011	Saldos pendentes em 31.12.2011	Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade e reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31.12.2010	Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade e reconhecidos no período
		Prestação serviços	Aquisição de serviços	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Prestação serviços	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	...									
	Subtotais									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	...									
	Subtotais									
Subsidiárias	...									
	Subtotais									
Associadas	...									
	Subtotais									
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...									
	Subtotais									
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...									
	Subtotais									
Outras partes relacionadas	Cevalor	32.041,50	106.687,13							
	Subtotais	32.041,50	106.687,13							
Totais		32.041,50	106.687,13							



Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis, não sendo de considerar quaisquer correcções e/ou ajustes derivados da aplicação de preços de transferência.

7 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1 - Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

7.2 - Métodos de depreciação usados

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta fraccionada em duodécimos.

7.3 - As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas



(Valores expressos em euros)

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis						5 a 3		
Taxas de depreciação						20 a 33,33%		
Métodos de depreciação						Quotas constantes		

7.4 - Quantias escrituradas brutas e as depreciações acumuladas (agregadas com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01/01/2010	Quantias brutas escrituradas					7.901,94				7.901,94
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas									
	Quantias líquidas escrituradas					7.901,94				7.901,94
Adições						4.800,00				4.800,00
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações						(3.593,72)				(3.593,72)
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2010 (01/01/2011)	Quantias brutas escrituradas					12.701,94				12.701,94
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					(3.593,72)				(3.593,72)
	Quantias líquidas escrituradas					9.108,22				9.108,22
Adições										
Revalorizações										
Transferências										
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações						(3.593,70)				(3.593,70)
Perdas por imparidade										
Em 31/12/2011	Quantias brutas escrituradas					12.701,94				12.701,94
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					(7.187,42)				(7.187,42)
	Quantias líquidas escrituradas					5.514,52				5.514,52

(valores expressos em euros)

Depreciações de activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Acumuladas em 01.01.2010							
Reforços				(3.593,72)			(3.593,72)
Reversões							
Revalorizações							
Transferências reclassificações para activos não correntes detidos para venda							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Outras alterações							
Acumuladas em 31.12.2010 (01.01.2011)				(3.593,72)			(3.593,72)
Reforços				(3.593,70)			(3.593,70)
Reversões							
Revalorizações							
Transferências reclassificações para activos não correntes detidos para venda							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Outras alterações							
Acumuladas em 31.12.2011				(7.187,42)			(7.187,42)

7.5 - Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de gastos de outros activos, durante o período

Durante o exercício, não foram reconhecidas depreciações de activos fixos tangíveis como parte de gastos de outros activos estando incluídas na totalidade na demonstração de resultados por naturezas, na linha dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização.

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros activos		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Totais
Período 2011	Depreciações reconhecidas nos resultados				3.593,70			3.593,70
	Depreciações que integram o custo de outros activos							
Período 2010	Depreciações reconhecidas nos resultados				3.593,72			3.593,72
	Depreciações que integram o custo de outros activos							

7.6- Itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas

Não existem activos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas.

8 - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

8.1 - Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Não existem custos de empréstimos obtidos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo razão pela qual a política contabilística adoptada pela entidade passa por reconhecer os custos dos empréstimos obtidos como gastos no período.

8.2 - Divulgação dos empréstimos correntes e não correntes

(Valores expressos em euros)

Instituições de Crédito e Outras Entidades Financiamento	31/12/2011			31/12/2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
<u>Empréstimos</u>						
Caja Duero	36,000.00		36,000.00	25,000.00		25,000.00
Caixa Geral de Depósitos	47,500.00		47,500.00	12,500.00		12,500.00
			0.00			0.00
Sub Total	83,500.00	0.00	83,500.00	37,500.00	0.00	37,500.00
Total	83,500.00	0.00	83,500.00	37,500.00	0.00	37,500.00

8.3 – Outros

<i>(valores expressos em euros)</i>					
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31/12/2011	31/12/2010	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	31/12/2011	31/12/2010
Juros Suportados	3.914,12	1.588,78	Juros Obtidos	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	2.221,08	1.117,56	Outros	0,00	0,00
Total	6.135,20	2.706,34		0,00	0,00

9 – RÉDITO

9.1 - Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviço contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação de serviços.

O Rédito dos juros é reconhecido pelo método do juro efectivo.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

9.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2011			Período 2010		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	27,977.20	100.00%	(44.05%)	50,000.00	100.00%	
Totais	27,977.20	100.00%	(44.05%)	50,000.00	100.00%	

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO

10.1 - Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

10.2 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou.

(Valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Subtotais									
	Subsídios à exploração	Proj. Anim., Coord. e Gestão do CPN	SIAC	IAPMEI	Anim., Coord. e Gestão CPN	Susídios à exploração	01/09/2009	31/08/2012	179,638.37	106,059.87	285,698.24
		GLOBAL	INALEN TEJO	CCDRA	Organização do congresso	Susídios à exploração	04/11/2011	04/11/2013	67,625.89	1,452.61	69,078.50
		Subtotais							247,264.26	107,512.48	354,776.74
Reembolsáveis	...	Subtotais									
Totais								247,264.26	107,512.48	354,776.74	

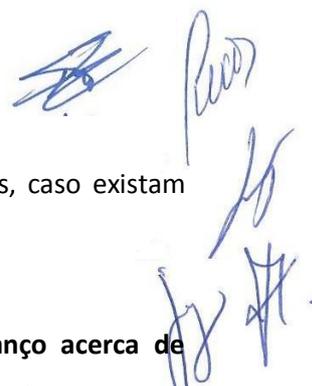
(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2011					Período 2010						
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço				
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)		Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)		Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	...												
		Subtotais												
	Subsídios relacionados com resultados	Proj. Anim., Coord. e Gestão do CPN	70.144,30			69.716,92		70.146,73				39.930,49		
		GLOBALSTONE	67.625,89			1.452,61								
	Subtotais	137.770,19			69.716,92		70.146,73				39.930,49			
Reembolsáveis	...	Subtotais												
Totais			137.770,19			71.169,53		70.146,73				39.930,49		

11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

11.1 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pela Direcção e autorizadas para emissão em 29 de Março de 2012.



O Conselho Fiscal tem o poder de mandar alterar as demonstrações financeiras, caso existam distorções materialmente relevantes.

11.2 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efectuadas.

11.3 - Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

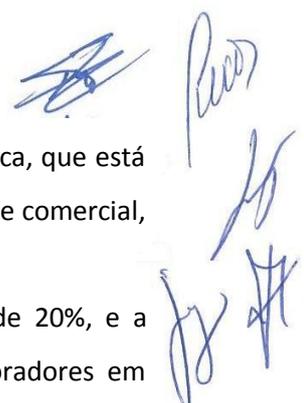
12 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a “imposto sobre o rendimento” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

12.1 – Devem ser divulgados separadamente Gasto (rendimento) por impostos correntes e gasto (rendimento) por impostos diferidos;



A Associação Valor Pedra é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, que está isenta de imposto sobre os lucros uma vez que não exerce, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola.

Apenas está sujeita aos rendimentos obtidos pela prestação de serviços, à taxa de 20%, e a tributações autónomas, à taxa 5%, sobre os quilómetros efectuados pelos colaboradores em viaturas próprias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa não procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

O imposto sobre o rendimento foi calculado da seguinte forma:

				Valor
- Imposto sobre as actividades				5.345,44€
- Tributações autónomas:				
	Descrição	Base	Taxa	
	Km's	3.191,04€	5.00%	159,55€
	Total			5.504,99€

12.2 - Cálculo do Imposto Diferido

Não aplicável

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

- Clientes
- Fornecedores
- Outras contas a receber
- Outras contas a pagar
- Financiamentos obtidos

13.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos financeiros de entre cada categoria

(Valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			31.12.2011			31.12.2010		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Activos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Activos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes	35,275.96		35,275.96	12,100.00		12,100.00
		Outras contas a receber	164,512.48		164,512.48	85,436.95		85,436.95
		Subtotais	199,788.44		199,788.44	97,536.95		97,536.95
Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...							
	Subtotais							
	Totais	199,788.44		199,788.44	97,536.95		97,536.95	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados							
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Fornecedores	107,757.23		107,757.23	4,779.50		4,779.50
		Accionistas	146.75		146.75	62.75		62.75
		Financiamentos obtidos	83,500.00		83,500.00	37,500.00		37,500.00
		Outras contas a pagar	12,956.91		12,956.91	16,498.07		16,498.07
	Subtotais	204,360.89		204,360.89	58,840.32		58,840.32	
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade								
	Subtotais							
	Totais	204,360.89		204,360.89	58,840.32		58,840.32	

13.3 - Indicação das quantias do Capital Social nominal e do Capital Social por realizar e respectivos prazos de realização

(Valores expressos em euros)

Categorias dos títulos emitidas		Valor nominal dos títulos		
		Títulos emitidos		
		Inteiramente pagos	Não pagos	Totais
31.12.2011	Títulos	15,500.00	0.00	15,500.00
	Totais	15,500.00	0.00	15,500.00
31.12.2010	Títulos	15,000.00	0.00	15,000.00
	Totais	15,000.00	0.00	15,000.00

14 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

14.1 – Número médio de empregados durante o ano.

O número médio de colaboradores no exercício foi de 3 funcionários.

14.2 – Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal discriminam-se da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

GASTOS COM O PESSOAL		2011	2010
Orgãos Socias	Remunerações	13,000.00	15,400.00
		13,000.00	15,400.00
Restante Pessoal	Remunerações	64,522.75	71,920.99
	Encargos	12,855.42	14,073.11
	Seguro	658.56	643.87
	Acção Social		
	Outros	306.08	32.67
	Subtotais	78,342.81	86,670.64
	TOTAL	91,342.81	102,070.64

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

15.1 - Honorários facturados pelos Revisores Oficiais de Contas

(Valores expressos em euros)

Honorários facturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2011		Período 2010	
	Honorários facturados	Totais	Honorários facturados	Totais
Revisão legal das contas	3,000.00	3,000.00	3,000.00	3,000.00
Serviços de garantia de fiabilidade				
Consultoria fiscal				
Outros serviços				
Totais	3,000.00	3,000.00	3,000.00	3,000.00

16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 - Discriminação dos credores por acréscimos de gastos

O valor desta rubrica está inserido no Balanço na linha Outras contas a pagar, e corresponde a:

(valores expressos em euros)

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	2011	2010
Férias e Subs. Férias e Liquidar	9,518.82	9,518.82
Encargos com Férias	1,998.95	1,998.95
Juros	724.06	21.55
TOTAL	12,241.83	11,539.32

16.2 – Diferimentos

Os diferimentos que a entidade reconheceu referem-se a gastos que correspondem a seguros que dizem respeito a períodos que se iniciam em 2011 e terminam em 2012 bem como a rendimentos relativos a subsídios a receber cujos gastos foram incorridos em 2011.

(valores expressos em euros)

DIFERIMENTOS		2011	2010
Gastos a reconhecer	Seguros	552,06	541,71
		552,06	541,71
Rendimentos a Reconhecer	Subsidios	(71.169,53)	(39.930,49)
	Subtotais	(71.169,53)	(39.930,49)
	TOTAL	(70.617,47)	(39.388,78)

16.3 - Dívidas ao estado e outros e entes públicos em situação de mora.

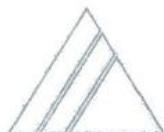
O saldo da rubrica de estado e outros entes públicos não apresenta dívidas que estejam em situação de mora.

16.4 - Relação da rubrica de Fornecimentos e serviços externos

(valores expressos em euros)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2011	2010	VARIAÇÃO
Trabalhos especializados	97,967.85	7,855.30	90,112.55
Publicidade e propaganda	850.51	865.00	(14.49)
Honorários	12,294.00	9,000.00	3,294.00
Serviços bancários	405.15	228.77	176.38
Combustíveis		57.00	(57.00)
Deslocações, estadas e transportes	3,657.89	1,642.27	2,015.62
Rendas e alugueres	120.00	72.00	48.00
Comunicação		24.00	(24.00)
Outros	590.00	69.69	520.31
TOTAL	115,885.40	19,814.03	96,071.37

5. PARECERES



L. GRAÇA, R. CARVALHO &
M. BORGES, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de **Associação Valor Pedra**, as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 295.405,77 € e um total de capital próprio de 10.527,16 €, incluindo um resultado líquido de 1.725,29 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data (que releva uma variação de caixa e seus equivalentes de 51.243,32 €), e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações, as variações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **Associação Valor Pedra**, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Borba, 4 de abril de 2012

L. Graça, R. Carvalho & M. Borges, SROC, Lda
representada por

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho
(R.O.C. n.º 658)

INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 177
Delegação: Rua do Desenhador, n.º 3 – P.I.T.É. • 7005-841 EVORA

E-mail: mrmcarvalho@mail.telepac.pt

Contribuinte n.º 505 778 530 • Capital Social: € 9250 • Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 505 778 530

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento do mandato que V. Exas., nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhamos durante o exercício, a atividade da **ASSOCIAÇÃO VALOR PEDRA**, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Tal como é descrito pela Direção no seu Relatório, no ano de 2011, para além do projeto em curso com final previsto para o ano de 2012, deu-se início a um novo projeto financiado, crucial para a dinamização da atividade da Associação, justificativo do crescimento substancial dos subsídios à exploração, por um lado, e da rubrica de fornecimentos e serviços externos, por outro.

O Conselho Fiscal examinou os elementos que lhe foram facultados pela Direção, nomeadamente o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2011, documentos que permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Associação, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal agradece à Direção e aos seus colaboradores todo o apoio prestado na sua tarefa de fiscalização da atividade desenvolvida pela Associação durante o ano de 2011.

PARECER

Neste contexto o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório e Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do mesmo relatório.

Borba, 4 de abril de 2012



Mário Jorge Ferreira Guedes



Luís Manuel de Oliveira Sousa



L.Graça, R.Carvalho & M.Borges, SROC,Lda.

Representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (Vogal) (ROC n.º 658)

